

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Robson José Oliveira de Andrade

**A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL DURANTE O GOVERNO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA (2003-2010) E SEU PAPEL NA GEOPOLÍTICA DO BRICS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Raul Francisco Magalhães

Juiz de Fora
2025

**DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, Robson José Oliveira de Andrade, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201773156A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado, **A política externa do Brasil durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e seu papel na geopolítica do BRICS** desenvolvido durante o período de 04/11/2024 a 11/03/2025 sob a orientação de Raul Francisco Magalhães, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 20 de março de 2025

Robson José Oliveira de Andrade

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou (X) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC

DEDICATÓRIA

Dedicamos o nosso humilde trabalho a todos e a todas que fizeram parte dessa trajetória na UFJF.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois concedeu Saúde, Força e Sabedoria para que diante das adversidades não desistisse do meu objetivo, e mantivesse firme no meu propósito de concluir essa primeira etapa do ensino superior. Um agradecimento de todo meu coração para meus pais: Otilia; In memoriam: Samuel, que incentivaram a continuar nesse processo árduo; lembro que conversávamos, acerca de questões que motivaram a permanecer, focado no difícil, exercício de adaptação à Instituição. Estendo também a minha família e a alguns amigos e colegas. Toda minha Gratidão ao ProfºDr. Raul Francisco Magalhães.

Chegar ao término desse ciclo.

OBRIGADO A TODOS (AS).

Sociologicamente, o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física (...). Por política entenderemos, conseqüentemente, o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado (WEBER, Política como vocação, p. 56).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. OBJETIVOS.....	9
2.1 OBJETIVO GERAL.....	9
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
3. HIPÓTESES.....	9
4. CONTEXTO HISTÓRICO.....	10
4.1 CONTRIBUIÇÃO LIBERAIS.....	11
4.2 CONTRIBUIÇÃO REALISTA.....	11
4.3 CONTRIBUIÇÕES CONSTRUTIVISTAS.....	12
5. ASPECTOS PARADIGMÁTICOS.....	13
5.1 LIBERAL-CONSERVADOR (1810-1930).....	13
5.2 ESTADO DESENVOLVIMENTISTA (1930 - 1989).....	14
5.3 ESTADO NORMAL (1990-2002).....	14
5.4 ESTADO LOGÍSTICO.....	16
6. TRAJETÓRIA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1964-1985).....	16
7. TRAJETÓRIA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA 1985 - 2002.....	18
8. POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010).....	19
9. O SURGIMENTO E A GEOPOLÍTICA DO BRICS.....	20
9.1 UM ASSUNTO MAIS IMPORTANTE NO SURGIMENTO DO BRICS NA ATUALIDADE FOI A TEORIA DO SISTEMA-MUNDO.....	20
10. O PAPEL DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA GEOPOLÍTICA DO BRICS (2003-2010).....	23
11. INÍCIO DO TERCEIRO MANDATO (2023-2026).....	23
12. XV CÚPULA DO BRICS.....	24
13. XVI CÚPULA DO BRICS.....	28
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	30

LISTAS DE SIGLAS

BRICS - A sigla BRICS designa inicialmente a aproximação de quatro países com vastos territórios, os BRICs: Brasil, Rússia, Índia e China, aos quais a África do Sul

CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

ESG - Escola Superior de Guerra

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional **MERCOSUL** - Mercado Comum do Sul **NDB** - Novo Banco de Desenvolvimento **ONU** - Organização das Nações Unidas

OMC - Organização Mundial do Comércio

EU - União Europeia

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL DURANTE O GOVERNO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003- 2010) E SEU PAPEL NA GEOPOLÍTICA DO BRICS.

RESUMO

O governo Lula, durante o período, no qual presidiu o país em seus dois mandatos (2003-2010). A política externa do Brasil desempenhou um papel preponderante na articulação, promoção, cooperação e consolidação do BRICS; como um ator geopolítico significativo, ou seja, convergência de demanda e interesse na agenda dos países em desenvolvimentos em relação às questões globais. Diante desse cenário, utilizou ferramentas de mobilização das ações adotadas pelo governo brasileiro; no que diz respeito às relações com outros países e organizações internacionais. Nesse sentido, procurou fortalecer, medidas relevantes à diplomacia sul-sul, a priori, com o objetivo de estreitar laços dessa relação com uma abordagem ativa da sua política externa. Também esforços para estimular as conquistas com os Estados Unidos e a União Europeia entre outros. Iremos analisar, neste trabalho, qual será a estratégia adotada para o terceiro mandato em vigência, e sua atuação da política externa, frente à configuração da geopolítica mundial com o ingresso de novos membros ao acrônimo no ano passado.

Palavras chaves: Política Externa, Governo Lula, BRICS e Geopolítica.

ABSTRACT

The Lula government, during the period in which he presided over the country in his two terms (2003-2010). Brazil's foreign policy played a leading role in the articulation, promotion, cooperation and consolidation of BRICS; as a significant geopolitical actor, that is, convergence of demand and interest in the agenda of developing countries in relation to global issues.

In light of this scenario, it used tools to mobilize actions adopted by the Brazilian government; with regard to relations with other countries and international organizations.

In this sense, it sought to strengthen measures relevant to South-South diplomacy, a priori, with the aim of strengthening ties in this relationship with an active approach to its foreign policy. It also made efforts to stimulate achievements with the United States and the European Union, among others

In this paper, we will analyze what strategy will be adopted for the third term in force, and its foreign policy performance, in view of the configuration of global geopolitics with the entry of new members to the acronym last year.

Keywords: Foreign Policy, Lula Government, BRICS and Geopolitics

1. INTRODUÇÃO

O contexto internacional é composto por diversos países com interesses e objetivos completamente distintos. Dessa forma a política externa torna-se um elemento crucial de articulação, promoção e ações desse complexo sistema político. Nesse sentido, as prerrogativas de um governo é exercer sua política externa de modo a garantir seus interesses em relação a diversos países e estreitar laços que visam influenciar na tomada de decisões.

Os fatores que moldam a política externa de um país são diversos: História, geografia, cultura, recursos naturais, economia e sistema político; ademais esse conjunto de elementos estruturais, no qual cada país possui, serve de base para atuação de acordo com cada objetivo e interesse. A decisão, que surge dessa relação é preservar seus interesses, mediante uma série de estratégias e acordos bilaterais, multilaterais, participação em organizações internacionais, transações diplomáticas e ações militares. Podemos destacar, por exemplo: nesse quadro, outras questões que abrangem a diplomacia do comércio internacional, segurança nacional, direitos humanos, meio ambiente e cooperação internacional.

Configura-se, portanto, as estratégias, interesses, valores e objetivos de política externa de um país no âmbito global. Nessa dinâmica, entretanto, conjuntural está sujeita a sofrer mudança ao longo do tempo, ou seja, a depender das circunstâncias no cenário internacional. A pauta da agenda de política externa durante o segundo mandato de governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi uma união de esforços para promover seus interesses em relação à criação do BRICS. Um acrônimo que se refere a um grupo de cinco países em desenvolvimento que desempenham um papel crescente na economia global e na geopolítica.

Conforme exposto, este trabalho tem dois objetivos: Primeiramente será a questão de analisar e compreender a política externa do Brasil durante o governo Lula (2003-2010)? e avaliar seu impacto sobre o papel do Brasil na geopolítica do BRICS? O segundo ponto será baseado nas motivações e estratégias do Brasil para participar ativamente no BRICS e como isso se relaciona com seus interesses nacionais?

Para tanto, dividimos em dez seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção será apresentada uma visão panorâmica da subdisciplina de política externa, ou seja, características na prática e pesquisa. Seu desenvolvimento no Brasil, como esse campo de conhecimento configurou-se, sua trajetória, possibilidades; principalmente a partir da segunda metade do século XX. Sendo, importante contribuição para as matrizes teóricas das Relações Internacionais. Na segunda seção analisaremos a inserção internacional do Brasil no período que se inicia a partir do século XIX. Identificar e descrever os quatros paradigmas norteadores da formulação da política externa brasileira ao longo desses dois séculos. Na terceira seção visa apresentar o enfoque nas características da política externa, durante o regime ditatorial. Na seção quarta vamos falar do período após a redemocratização. Na quinta descreve o período, no qual Lula da Silva exerceu os dois mandatos de Presidente da República. Na Sexta buscou compreender quais são os pressupostos para criação do acrônimo. Além disso, quais ações são desenvolvidas para o fortalecimento e consolidação no cenário internacional desse agrupamento de países que embora possuam características distintas tais como: sua geografia, forma de governo, população e costumes, por exemplo; em vários aspectos há interesses convergentes na geopolítica para o

fortalecimento de suas ações e melhor participação nas mesas de negociações e conseqüentemente o avanço de suas políticas externas. Na sétima seção iremos entender o papel da política externa brasileira durante os dois mandatos (2003-2006 / 2007-2010) e seu papel na geopolítica do BRICS. Na Oitava, vamos citar principais medidas adotadas, que nortearão suas estratégias para o cumprimento do terceiro mandato de governo (2023-2026) e sua articulação em política externa para reforçar sua atuação na geopolítica do grupo. Na nona seção será apresentada uma breve exposição sobre a XV Cúpula do BRICS, com ingressos de seis novos membros. Na décima, principais pautas da reunião XVI Cúpula do BRICS e o convite de treze novos integrantes ao bloco de cooperação mútua em seguida as considerações finais.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

A pesquisa na sua integralidade será analisar e compreender a política externa do Brasil durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) avaliar seu papel na geopolítica do BRICS.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Investigar as principais características da política externa adotada pelo governo do Presidente Lula da Silva durante seu mandato.

Avaliar o envolvimento do Brasil na formação e desenvolvimento do BRICS como um grupo geopolítico.

Analisar as motivações e estratégias do Brasil para participar ativamente do BRICS e como isso se relaciona com seus interesses nacionais.

Examinar as implicações da participação do Brasil no BRICS para sua posição no cenário internacional e suas relações com outros atores globais.

3. HIPÓTESES

Com base na análise da política externa do Brasil durante o governo do Presidente Lula (2003-2010) e seu papel na geopolítica do BRICS, as seguintes hipóteses podem ser formuladas:

3.1 A política externa brasileira durante o governo de Lula buscou diversificar as relações internacionais do país, ampliando sua presença em fóruns globais, como o BRICS, para fortalecer sua influência no cenário internacional, impulsionada por uma busca por maior autonomia nas relações internacionais, bem como por interesses econômicos e políticos comuns com os demais membros do grupo.

3.2 A sua integração do Brasil no BRICS teve um impacto significativo das expectativas em sua projeção internacional, fortalecendo sua voz em questões globais e contribuindo para a diversificação de suas parcerias

diplomáticas.

3.3 A participação do Brasil no BRICS influenciou as dinâmicas geopolíticas globais, contribuindo para maior peso na balança em relação a atores tradicionais, como os Estados Unidos e a União Europeia, no sistema internacional.

4. CONTEXTO HISTÓRICO

No campo das relações internacionais a análise de política externa, é hoje, bem consolidado com disciplina em todo mundo, ou seja, devido a várias referências como exemplos, as autoras destacam: As revistas especializadas(*Foreign Policy Analysis*) e diversos manuais acadêmicos, associações nacionais e internacionais, grupos de trabalho ou seções de análise de política externa. Configura-se, portanto, uma disciplina como podemos destacar: Nas grades curriculares nos cursos de Relações Internacionais, Associação Brasileira de Relações Internacionais e Associação Brasileira de Ciência Política no Brasil, International Studies Association nos EUA e British International Studies Association no Reino Unido. Cujas substâncias não são diferentes das dessas disciplinas, na qual possuem no cerne o elemento do conflito e cooperação; tais fenômenos são propensos a ultrapassar as fronteiras dos países. Mediante ao processo de globalização, outros estudos passaram a fazer parte do objeto de pesquisa, que difere do nacional (supranacionais e subnacionais).

Evidencia-se, no entanto o mesmo objetivo: ações a serem implementadas, tomadas de decisões, (White, 2001); faz essa análise de política externa da União Europeia, outros autores (Soldatos 1990; Mcmillan 2008; Salomón 2011) pesquisam as atividades externas consistentes de governos subnacionais. Nesse sentido para compreender a realidade internacional diversos fatores são analisados, incluindo o papel de atores não estatais tais como: Empresa ou organizações não governamentais - ONG; por não possuírem Constituency, limitam as análises do objeto de pesquisa, embora exerçam ações externas são considerados objetos de análise, isto significa, quando desenvolvem práticas consensuais planejadas internas e externas as fronteiras estatais, pois a Análise de Política Externa (APE) não é uma disciplina considerada “ Estadocêntrica”.

No início de sua trajetória, mais especificamente na segunda metade do século XX. Segundo Salomón e Pinheiro, 2013. A pedra fundamental foi a publicação do artigo seminal de Richard Snyder, Henry W. Bruck e Burton Sapin, *Decision Making as approach to the study of international* (1954). Nessa perspectiva, como subdisciplina a APE com identidade própria, suas referências estavam baseadas nos modelos Eastoniano de Ciência Política (Easton 1953). Fortemente inseridos, dentro da Ciência Política behaviorista; a partir dessa teoria e a ideia de que a política externa é um produto de decisões e que essas premissas, interferem diretamente no seu conteúdo. Por conseguinte, um ou mais indivíduos chamados decisores analisam várias situações para chegarem a um consenso de qual melhor a ser tomada(Chalmers, 1993).

Na tentativa de criar uma teoria geral comparativa aproximando as ciências sociais, as naturais, essa foi liderada por Rosenau (1966,1974,1980). Por quase 20 anos, entretanto, esse projeto não teve êxito; porque é impossível partir da ideia “indutivista Ingênua”; pré-popperiana (Chalmers, 1993). A liderança principal do movimento behaviorista em ciências políticas, David Easton afirmava que:”os estudos das sociedades humanas

exigem métodos diferentes dos da física”.

Após a rejeição e crítica ao modelo de política externa comparada fomentar uma nova abordagem focada em atores específicos nos quais podemos destacar: “ líderes, pequenos grupos, organizações mais amplas, grupo de interesses”. Constituintes identificadas na sub-área. Diante do exposto, as matrizes teóricas das Relações Internacionais são: Contribuição Liberais, Realistas e Construtivistas.

4.1 CONTRIBUIÇÃO LIBERAIS

A base de sustentação da subdisciplina da Análise de Política Externa é o legado Liberal, isso é comprovado, mediante a resposta que o liberalismo oferece aos grandes acontecimentos das relações internacionais. Nessa direção, evidencia-se, contudo, a importância dos fatores domésticos na tomada de decisões de política externa; sem deixar de considerar os fatores sistêmicos para a formulação, todavia o peso maior será das variáveis internas. Isso pode ser exemplificado através de autores liberais-internacionalistas do século XX. As autoras mencionam quatro: Imperialismo (HOBSON 1902), o modelo de interdependência complexa(Keohane e Nye 1977) e a “ Lei das Relações Internacionais” (Levy 1989).

Na segunda metade da década de 90 e início do século XXI, Andrew Moravcsik (1997;2008). Tentou sintetizar a teoria liberal: “ Ideacionais(efeitos das ideologias ou identidades culturais de políticas externas); institucionais(efeitos dos tipos de instituições de representação); e econômico-comerciais(efeitos dos tipos de política econômicas).

4.2 CONTRIBUIÇÃO REALISTA

A corrente do pensamento realista tornou-se preponderante com a publicação da Theory of International Politics de Kenneth Waltz, em 1979. Antecessor de Waltz, Hans Morgenthau, figura mais representativa do realismo clássico afirmava que: “Tanto as escolhas políticas e outras tomadas de decisão(isto é, política externa) Quanto dos fatores sistêmicos que afetam a todos os Estados por igual”(Morgenthau, 1948).

O realismo estrutural ou neo-realismo tornou-se predominante como corrente do pensamento realista. No sistema político internacional a guerra é um processo recorrente, afirma Waltz. Não tinha intenção de explicar política externa individual. Para o autor, o fator condicionante da política externa: distribuição de poder, a anarquia ou falta de governo centralizado da política internacional, contrário a ideia do realismo tradicional. Afirmava:”A política internacional não é a soma de políticas externas”.

Nessa perspectiva, também discorda do pensamento de Elman(1996) era possível, sim; inferir, levando em consideração mais os fatores externos do que os internos. Tais pressupostos constituíram uma teoria neorealista de política externa (SALOMÓN e LETÍCIA, 2013). Destacam-se outros autores que surgiram na última década do século XX (SCHWELLER,1998; WOHLFORT1993; ZACARIAS,1998). Segundo eles, “o neo-realismo e o realismo neoclássico são complementares”: o primeiro trata da política internacional e o segundo da política externa.

No início do século XXI, outros autores do realismo neoclássico tratavam de questões acerca da atuação dos Estados individuais. Nas palavras de autores dessa corrente, o que se procura explicar é “ como, e sob que condições, as características dos Estados afetam a avaliação que o líderes fazem das ameaças e oportunidades internacionais e das políticas externas diplomáticas, militares e Econômicas selecionadas pelos Estados” (Lobell; Ripman e Taliaferro)

4.3 CONTRIBUIÇÕES CONSTRUTIVISTAS

Não é considerada uma teoria de política externa, e sim teoria social, isto é, o papel das ideias é para os construtivistas, tão determinantes na vida social quanto os fatores materiais ou melhor essa teoria social postula a importância do componente ideacional nas relações sociais em geral. O foco está nas ideias(normas, identidades, interesses) e a maneira como essas surgem, se propagam e se modificam. A posição construtivista de alguns autores, é neutra, deixa claro que os fatores empíricos e que determinam. Quais fatores terão maior peso, sejam domésticos ou sistêmicos. Devido ao seu posicionamento, em suma declaram-se: “Analista de Políticas Externas”. Conforme constatam as autoras, enquanto o surgimento de Análise de Política no mundo anglo-saxônico, ocorreu no início e segunda metade do século XX. No Brasil, no entanto, esse campo de estudo surgiu somente na década de 1970.

No início de sua constituição e desenvolvimento de Análise de Política Externa, não havia diálogos com as discussões mais específicas dentro da APE, em outras palavras essas estavam concentradas em outros ambientes nos “círculos dos diplomatas ou intelectuais, enquanto diplomatas”.

A consolidação torna-se viável por meio da institucionalização das ciências sociais no Brasil e construção de diversas universidades no país viabilizando o ingresso no curso de graduação e pós-graduação. De forma incipiente havia alguns pesquisadores dessa área no país a título de exemplo(Pinheiro e Milani, 2012). A recém comunidade acadêmica que estava surgindo buscou mecanismos que possibilitaram tratar de temas das Relações Internacionais e Política Externa.

A conjuntura da década de 70 favoreceu um maior interesse por países em tratar do tema de Política Externa; não somente no país, mas também na América Latina. Essa mudança de cenário ocorreu por conta de alguns fatores externos, quer dizer, multipolarismo econômico e político internacional - coexistente com a bipolaridade estratégica. Anteriormente a essa descrição, havia, no entanto, um comportamento mais reativo que proativo na Política Internacional.

A mudança que possibilitou esse cenário e conseqüentemente nova abordagem foi o marco de autonomia possível de política externa, a partir do declínio da hegemonia norte-americana e das mudanças na política externa do país a partir de 1974 (Hertz, 2002,18). Dentro outros trabalhos desenvolvidos nessa chave podemos citar os de Martins(1975), Lima(1986) e Camargo(1988). (Salomón; Pinheiro, 2013, pág.49).

Essa dinamicidade possibilitou o intercâmbio de pesquisadores com profícuo diálogo com outras instituições interessadas nos assunto no mundo, sem sombra de dúvida, proporcionou um aumento de “ pesquisa de dissertação de mestrado e tese de doutorado e trabalhos apresentados nos encontros regulares das

associações científicas nacionais e internacionais se intensificou nas décadas seguintes com interesse na Política Externa Brasileira, devido à visibilidade do país.

Novos autores passaram a atuar no processo e formulação decisória de Análise de Política Externa, no Brasil, cujo acesso mais democrático à informação contribuiu para a mudança de comportamento desses agentes. Conforme, poderemos constatar nas próximas seções do trabalho.

5. ASPECTOS PARADIGMÁTICOS

A dinâmica e elaboração de política externa, exigem de cada país um enfoque que permitirá construir seu arcabouço teórico e conseqüentemente servirá de referência para implementação de suas ações e decisões no âmbito das relações internacionais. Esse percurso, inicia-se a partir da década de 1940 com a criação da Cepal (Comissão Econômica para América Latina) primeira corrente baseada nos estudos de Raul Prebisch. Tais pressupostos serviram de inspirações para construção teórica que balizaram as correntes de pensamento de política exterior; onde derivações expressas por Celso Furtado em sua teoria do desenvolvimento; Segundo o autor, ademais surgiram outras abordagens conforme os defensores da teoria da dependência na qual Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso configuram esse cenário nas décadas de 1960 e 1970.

Na década de 1980 o regionalismo aberto passa a prevalecer como elemento teórico de política exterior e relações internacionais, até eclodir a corrente neoestruturalista defendida por Osvaldo Sunkel e Raúl Bernal-Meza; Cervo acrescenta “ao pensamento crítico acerca da globalização, exposta nas obras de Mario Rapoport, Roberto Lavagna e Aldo Ferrer”. O autor continua a explicar a análise paradigmática no que concerne às Relações Internacionais. A base de formulação do pensamento latino-americano são os estudos dedutivos da prática política, ao dela sacar conceitos “ por vezes elaborados pelos homens de Estados, por vezes implícitos em sua práxis”. Um método criador de conceitos instrumentais, cujo conjunto conduz a teoria.

Propício a diversas variáveis fornecidas no decorrer da história do Brasil desde a independência até hoje. Toda explicação do tema de estudo fora realizado no país, se baseou em três níveis de observação empírica: o diplomático, o político e o das relações internacionais; componentes elementares da análise conceitual. Os quatro conceitos paradigmáticos que deram origem à formulação das relações internacionais no Brasil são: Liberal-Conservador que se estende do século XIX a 1930; o Estado desenvolvimentista entre 1930 e 1989; o Estado normal e o Estado logístico (Cervo, Amado; 2003). O modelo que coexiste desde 1990 a nossos dias, pressupostos metodológicos e epistemológicos identificados e definidos sob a luz da observação empírica.

5.1 LIBERAL-CONSERVADOR (1810-1930)

A expansão marítima e comercial europeia no século XV proporcionou um acúmulo de riquezas e conquista de novos territórios. Todo esse aparato permitiu uma implementação dos valores e princípios europeus em escala global. Sendo um mecanismo poderoso de padronização das instituições que converteu-se em

instrumento de avanços e modernização daquela sociedade. Dessa forma, as regras impostas à periferia do mundo (América Latina, Império Otomano e ao Continente Asiático), obrigavam os países dessas regiões a comercializar, somente, produtos primários. Um sistema bilateral político, jurídico e econômico.

O modelo de relações internacionais adotado pelos europeus era chamado de política de portas abertas. Todo esse processo do liberalismo estagnou as economias nessas localidades. Segundo afirma o autor, o Brasil firmou um série desses acordos entre 1810 e 1828 (modelo desigual de relações internacionais, diplomacia de agroexportação), conseqüentemente bloqueou a modernização capitalista interna, assim construí uma dependência das potências centrais desenvolvidas e a periferia subdesenvolvimento.

5.2 ESTADO DESENVOLVIMENTISTA (1930 - 1989)

Os acontecimentos Históricos da primeira metade do século XX, a exemplos a crise de 1929 e a segunda guerra mundial (1939-1945) condicionaram uma nova formulação das relações internacionais do Brasil. A divisão do mundo em bloco vez despertar no país o desejo de modernização das forças produtivas brasileiras. A queda das importações e exportações foram determinantes para a transformação do modelo de paradigma¹. O Estado desenvolvimentista encontrou terreno fértil para implementar sua política de desenvolvimento das forças produtivas no país. Ávido por modernização, sobretudo por causa do atraso histórico em consequência do modelo de política praticado pelo paradigma anterior. Nessa conjuntura outros autores passaram a atuar na sociedade brasileira desse período, isto é, nova funcionalidade ao Estado. Corpo formado por diplomatas, da imprensa e opinião pública na qual compunha os agentes decisores de política exterior.

Durante o período 1930-1940 várias medidas foram defendidas por países latino-americanos com o objetivo de inserção internacional. A matriz desenvolvimentistas desencadeada nesses anos, capacitaram o aperfeiçoamento das forças produtivas por seis décadas. No entanto, todos esses esforços não foram suficientes para criar na sociedade brasileira uma mentalidade política da modernização do país. Dividiram-se os responsáveis por executar o novo modelo paradigmático numa sociedade complexa. Todo referido processo eclodiu desde a era Vargas. O estrato social muitas vezes divergiam na tomada de decisão de interesse nacional múltiplo. Nessa perspectiva, a diplomacia das relações exteriores procurava equilibrar essas disputas na chave do desenvolvimento do Estado.

5.3 ESTADO NORMAL (1990-2002)

No contexto da redemocratização no Brasil e a abertura ao neoliberalismo da economia brasileira, o modelo estruturalista de desenvolvimento das forças produtivas do Estado procurou, balancear sua funcionalidade criando um conceito de desenvolvimento sociologicamente complexo, em outras palavras, contemplava o econômico e o social. Tais prerrogativas de política exterior nortearam as ações e conseqüentemente tomadas de decisões.

As matrizes operantes desse modelo de paradigma: a industrialização e o crescimento econômico na

concepção dos formuladores de política externa, julgavam o fortalecimento nacional da primeira variável, pois precisavam atender as demandas de uma sociedade complexa em consonância a modernização.

A segunda, variável, por conseguinte, preencheria a lacuna do atraso histórico proveniente do paradigma liberal conservador de dependência econômica centro-periferia. No modelo de sucessão, no entanto, o crescimento elevado da economia permitiria transitar do modelo de substituição das importações por exportações, mediante investimentos em capital complementar, presença nacional, ciência e tecnologia e mercado externo.

Na contramão do modelo desenvolvimentista do Estado. O modelo em curso, rompe com esse pensamento. A gênese da cisão não foram somente fatores externos provocados pelos fenômenos da globalização; outros elementos foram responsáveis para que os agentes decisores passassem a formular outro modelo de política externa, à luz dos conceitos neoliberais. Um sistema político ideológico no qual possibilitou a eleição de presidentes nos Estados da América Latina (1989-1990) os dirigentes estruturalistas defendem o modelo de estabilidade econômica a longo prazo, entretanto os monetaristas adotaram um tratamento de choque, isto significa, política monetária seguidas por vários países da região. As formulações de controle de inflação eram praticadas desde da década de 1950; na tentativa de enfrentar um problema crônico - a instabilidade econômica. As diretrizes do atual modelo orçamentário visavam a redução das funcionalidades do Estado. O mercado passaria a direcionar os rumos da economia e o pensamento monetarista emergiria como uma solução aos problemas economicamente vigentes. A doutrina do regionalismo aberto, formalizado pela Cepal, cuja adaptação surgiu mesmo diante de autocrítica, adaptou seu pensamento cedendo às circunstâncias. Há portanto uma inclinação ao neoliberalismo em detrimento ao estruturalismo desenvolvimentista.

A adoção de medidas para concessão de empréstimos aos países latino americanos em decorrência dos efeitos do endividamento da década de 1980 por conta da política econômica norte-americana sob o comando do Presidente Ronald Reagan. Uma série de requisitos deveriam ser cumpridas para a manutenção da dependência dos países centrais e instituições: Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e sobretudo a política econômica estadunidense.

O padrão de política de Estado, no qual o Brasil adotara na era de FHC; segundo, Cervo: “O teórico do pensamento único brasileiro durante (1990-2002”. Nesse período, o autor também inclui o outro Fernando Collor de Mello (1990-2002). O pensamento de Cardoso converge para o desenvolvimento do Estado por via do mercado, “submeter e sacrificar a autonomia decisória ao comando do centro capitalista”. Fim da ideia de força do paradigma anterior interesse nacional e projeção internacional.

Um aspecto relevante a destacar seria que as forças produtivas tiveram que modernizar suas plantas industriais, pois precisavam competir com os mercados externos. Saíram do comodismo, houve uma elevação da produtividade sistêmica da economia brasileira à custa da dependência estrutural, ou seja, gerou impactos negativos; o alicerce do paradigma de Estado Normal revela segundo: Amado Luiz Cervo; três parâmetros essenciais: “subserviência na esfera política, destruição na esfera econômica e regresso de vista estrutural e histórico”.

As experiências negativas oriundas da era Cardoso, revelou-se prejudicial; os agentes decisores, críticos

ao modelo de política externa brasileira, colocaram em xeque essa visão monetarista de modelo paradigmático do processo de dependência. Não havia, porém, a intenção dos críticos em retornar ao exemplo supra mencionado, no entanto, julgavam necessário encontrar soluções para os problemas, no qual o Brasil enfrentava proveniente do período de Fernando Henrique Cardoso.

5.4 ESTADO LOGÍSTICO

A mudança do enfoque paradigmático ocorreram na última década do século XX e início do XXI. No que concerne a esfera ideológica do Estado logístico seus componentes de estratégias fundem a ideologia do elemento externo liberalismo com o outro interno desenvolvimento brasileiro. O primeiro seria a doutrina clássica do capitalismo, por conseguinte, o segundo refere-se ao estruturalismo latino americano.

Por outro lado, na esfera política houve uma movimentação de desvincular as prerrogativas no processo decisório e possibilitar que o Brasil passe a integrar um patamar a nível das nações desenvolvidas. As ações de interesse nacional, cujas finalidades visavam beneficiar os diversos grupos da sociedade. A abertura do caminho de modo a internacionalizar o campo das relações econômicas de forma a operacionalizar os processos de interesse nacional; competir com as nações desenvolvidas, com o objetivo de estimular o fortalecimento interno e promover o bem-estar da sociedade em seu todo não a uma pequena parcela.

6. TRAJETÓRIA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1964-1985)

O período ditatorial brasileiro, inicia-se em abril de 1964, após o presidente João Goulart se deposto mediante Ato Institucional (AI) esse instrumento foi utilizado para fazer conhecer as novas regras de governo. Os integrantes pretendiam ficar no poder durante um curto período de tempo, entretanto, essa expectativa não se cumpriu. A durabilidade do regime militar prorrogou-se até a metade da década de 1980.

No contexto internacional da guerra fria, em um mundo bipolar, isto é, eminente confronto entre as duas maiores potências (EUA - URSS). A política externa brasileira buscou fortalecer sua posição regional e implementar, sobretudo uma série de medidas com o intuito de consolidar suas ações na região. Assim, a partir de meados da década de 1970; o estamento militar buscou diversificar suas parcerias com países em desenvolvimento; sob o viés anticomunista, motivo que norteou toda a ação do regime, com a prerrogativa de fazer deste um grande país, por isso que justificaram a tomada do poder e consequentemente o controle do Estado.

Os cinco ocupantes do cargo, no qual compreende o período, procuraram estabelecer suas regras dentro do cenário, sem desconsiderar as atividades institucionalizadas do seu antecessor.

O primeiro ocupante do cargo, oriundo da ESG, fundada em 1949, após a II Guerra. O presidente o Marechal Humberto Castelo Branco, direcionou suas ações em alinhamento automático com os EUA; o grande vencedor do conflito. Nesse sentido, a política externa durante nesse momento buscou o apoio militar e econômico. Havia no contexto a ideologia de conflito entre ocidente e oriente. Castelo Branco procurou estabelecer seu marco geopolítico na região; além de promover a ideia de criação do “Brasil Grande”. O estamento militar, priorizou a

industrialização e a modernização econômica com o objetivo do desenvolvimento nacional e investimento estrangeiro no país.

O segundo, também Marechal Arthur da Costa e Silva adotou uma outra postura em relação à política externa, seus interesses divergiam do seu antecessor, no seguinte aspecto: Considerava discrepante entre os hemisférios norte e sul. Todavia enfatizava a necessidade de colocar na agenda de política externa os problemas econômicos, no qual enfrentava o Brasil, considerado de terceiro mundo.

O terceiro representante do regime ditatorial, Emílio Garrastazu Médici, desconsiderava tanto as questões políticas e ideológicas no plano interno e externo. Dessa forma buscou neutralizar na região países com tendências Marxistas, e impedir a ascensão ao poder desse tipo de governo; melhor dizendo, prerrogativas, nomeada “Teoria do Cerco” que tinha a intenção de proteger a soberania brasileira. “O milagre econômico” influenciou as ações de política externa brasileira que compreende os anos de (1967 – 1974). A diplomacia econômica brasileira procurou diversificar suas parcerias e expandir suas relações comerciais, e por conseguinte atrair investimentos do norte global (EUA e Europa Ocidental). E aproximar as relações internacionais com países da América Latina, ou seja, inserção no mercado global.

Quando Ernesto Geisel assume a presidência em 1974, como de costume utilizou algumas medidas de seu antecessor, no entanto, “substitui a ideia de grande potência por potência emergente; conforme podemos observar no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA 1974, p. 21 a 78)”. Geisel buscou diversificar as parcerias, aproximou do continente africano, alguns fatores importantes nortearam a política externa do quarto representante, como a exemplo da independência em Angola e Moçambique do domínio da colonização portuguesa. O advento da República Popular da China, a assinatura do acordo nuclear com a República Federal da Alemanha. Não levou em consideração as críticas feitas por Jimmy Carter sobre a violação dos direitos humanos com a assinatura do referido acordo. Nesse contexto, iniciou-se o fim do regime militar e a transição para a democracia. O Brasil procurou estabelecer sua política externa com países em desenvolvimento em especial os Africanos e Asiáticos, no sentido de estreitar a relação e por consequência manter um distanciamento gradativo da influência estadunidense em outras palavras desempenhar à sua autonomia estratégica e sobretudo ampliar sua influência no raio de ação com países do sul global. A escolha do substituto de Geisel encontrou certa resistência principalmente se dependesse somente da opinião do antecessor o nome do General João Batista Figueiredo, não estaria na lista do futuro presidente ditatorial. Sua inspiração era evidente; e a chegada ao poder de Figueiredo marca o fim do regime militar, cujo o autor denomina de “ciclo castrense”. Nessa transição, portanto, alguns episódios foram fundamentais para que houvesse essa mudança. Tais como:

1. O fim dos atos de exceção
2. A reestruturação do sistema partidário à Anistia ampla geral e irrestrita.

Todas as ações culminaram com a eleição de Tancredo Neves e o fim da ditadura. Na conjuntura do “movimento das diretas já”; vislumbrava no horizonte o período inaugural da redemocratização. Conforme constataremos na próxima seção do trabalho.

7. TRAJETÓRIA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA 1985 - 2002

A aurora do regime democrático começou a vislumbrar a partir da segunda metade da década de 1970. O movimento de transição ganhou força em decorrência do processo no cenário internacional de crise de petróleo que impossibilitou o aumento de empréstimo e consequentemente a ideia ilusória de progresso; cujo resultado foi o endividamento do país e dependência econômica dos países desenvolvidos. Novos caminhos ganhavam contornos no cenário internacional com o fim da guerra fria. No Brasil iniciou-se esse processo de redemocratização com a escolha de Tancredo Neves, no entanto com sua morte, José Sarney assumiu no período de 1985 a 1990.

A política externa brasileira procurou implementar suas ações no âmbito do multilateralismo, com países da vizinhança; principalmente o MERCOSUL; também países em desenvolvimento como alternativa à estagnação na qual a economia brasileira enfrentava, devido aos compromissos financeiros gerados no regime anterior. O país passou por diversas dificuldades econômica, política e social, fatores que elevaram o aumento da pobreza e falta de investimento em setores estratégicos. Como alternativa, o Brasil passou a articular uma saída desse cenário por meio de política externa com instituições internacionais: ONU e OMC. Desde 1989 os presidentes são eleitos de forma direta.

O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992). Foi o primeiro Presidente do regime democrático sua política externa proporcionou uma abertura econômica com o objetivo de atrair investimento estrangeiros para o país. Adotou, portanto, uma série de reformas e privatizações de empresas estatais, medidas que despertavam interesse de capitais especulativos oriundos dos países desenvolvidos. Acreditava com essas medidas inserir a economia brasileira no cenário global e participação em fóruns e presença nas organizações de mesmo contexto. Com o impeachment de Collor, o seu sucessor, o Presidente Itamar Franco (1992-1994) assumiu a presidência procurou viabilizar os esforços para consolidação do Mercosul, além de promover a abertura de mercado e continuou as reformas econômicas em alinhamento com os interesses do desenvolvimento do país.

Durante a Presidência de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), definitivamente o Brasil marcou posição e consolidação do Mercosul e também procurou estabelecer parcerias com outros países em desenvolvimento. No primeiro mandato do Governo FHC, o Brasil esteve envolvido em negociações internacionais, cujo propósito visava uma série de acordos, sobretudo em meio ambiente, comércio e segurança. Os desafios enfrentados no segundo mandato foram de conseguir que o país integrasse o conselho de segurança da ONU, como membro permanente. A política externa continuamente dava sequência ao desempenho das negociações multilaterais, consequentemente ampliar sua influência Global. No final do Governo o Brasil enfrentou uma série de crises econômicas que resultaram em crises econômicas e instabilidade interna. No contexto da globalização marcou o segundo mandato de Fernando Henrique, que a política externa na diversificação das parcerias com países da África, Ásia e Oriente Médio; sem negligenciar as tradicionais parcerias de longa data com os EUA e Europa; almejava projeção no cenário global. Atuou de forma a atenuar a recém crise política que emergia na Venezuela.

8. POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010)

A política externa durante os dois mandatos (2003-2010) procurou estabelecer uma série de medidas para fortalecer as parcerias internacionais e diversificar suas estratégias para promover o país como ator significativo na política internacional. Procurou utilizar estabelecer o multilateralismo com diversos países em diversas regiões do mundo para ampliar a relação com esses países do sul global, quer dizer diminuir a dependência de países do norte global. Atuou de forma a ampliar as parcerias políticas, econômicas e comerciais com os vizinhos Sul-Americana. Fortalecendo o papel do (Mercosul e a UNASUL). Trabalhou na consolidação da Comunidade de Estados Latinos e Caribenhos (CELAC). Os diversos organismos internacionais ONU e o G20 passaram desde do primeiro mandato (2003-2006); são prioridade de Política Externa para aproximar o país das principais discussões relevantes que proporcionam o desenvolvimento do Brasil. Como membro convidado do Conselho de Segurança da ONU, desde do primeiro mandato procurou promover uma reforma desse órgão, pretendendo a candidatura como membro permanente deste conselho, visto que a configuração não reflete a representação da maioria dos países. Desempenhou uma série de medidas para garantir a cooperação com países do continente africano e asiático, logo no final do primeiro mandato intensificaram os diálogo em fóruns para criação do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Também procurou aproximar de maneira a promover suas ações em parcerias com países do continentes asiáticos - China e Índia.

O processo de globalização intensificou as discussões acerca da necessidade de os países utilizarem os recursos naturais de forma sustentável para garantir os indicadores favoráveis de controle de emissão de gases poluentes, resultante das mudanças climáticas nos diversos fóruns no qual participou sobre o tema procurou enfatizar o posicionamento do Brasil nessa seara. Os índices de crescimentos da economia foram fundamentais para que a diplomacia econômica promovesse uma série de ações para impulsionar os investimentos estrangeiros no país abrindo o mercado para exportações brasileiras em diversos destinos nos cinco continentes, iniciativa que aumentou o saldo da balança comercial brasileira no referido período.

A orientação das decisões políticas na área de Relações Internacionais sempre pautou-se por não interferir em assuntos internos dos países, as ações dessa natureza e o respeito à soberania nacional. Procurou adotar uma postura mediadora dos mesmos com diálogos e soluções pacíficas. Durante o segundo mandato do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, por exemplo, o Brasil exerceu um papel importante na consolidação e desenvolvimento de um grupo econômico poderoso que foi chamado de BRICS, um acrônimo que se refere a um grupo de cinco países em desenvolvimento que desempenham um papel crescente na economia global e na geopolítica. Conforme analisaremos na próxima seção.

9. O SURGIMENTO E A GEOPOLÍTICA DO BRICS

O acrônimo foi criado primeiramente em 2006 com a formulação BRIC, agrupamento de países em desenvolvimento que obtiveram crescimento significativo do PIB no início dos anos 2000; com projeção de crescimento a médio e longo prazo, ou seja, configurando-se como economias emergentes relevantes. Logo, na I

II Cúpula realizada em Sanya na China em 14 de abril de 2011; a África do Sul passou a integrar o grupo de países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – BRICS. O economista chefe da Goldman Sachs, Jim O' Neil, em estudo em 2001 sugeriu a seguinte sigla mediante publicação do artigo intitulado: “BUILDING BETTER GLOBAL ECONOMIC”.

Segundo estudos realizados por agências internacionais revelaram que os quatro países tiveram um crescimento 65% da expansão do PIB mundial. Quando esse Fórum Acadêmico foi realizado na cidade do Rio de Janeiro em 18 e 19 de março de 2014, os números do BRICS em relação a paridade do poder de compras (PIB), já superava o dos EUA ou da União Europeia. Nessa perspectiva, o crescimento do PIB desses países começou a ser analisado a partir de 2003 – representavam 9% do PIB mundial; em 2009 por exemplo esse percentual subiu para 14%. A partir de 2010, já com a África do Sul as cifras em dólar totalizavam US\$11 Trilhões ou 18% da economia mundial. Se levamos em consideração a paridade de poder de compras essas cifras passam para US\$19 Trilhões ou 25%.

Na 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em 23 de setembro de 2006; chanceleres dos quatro países se reuniram para discutirem a importância de trabalharem de forma coletiva. Nesse sentido passaram a atuar com o objetivo de implementarem suas ações no cenário internacional. No início a vontade política dos líderes que sustentavam as ideias com o intuito de interação e intensificação para institucionalizarem de maneira vertical do BRICS com viés político; desde Ekaterinburg na Rússia onde em junho de 2009 os representantes começaram a pensar esse conceito melhor dizendo, alcançou o nível de chefe de Estado/Governo.

9.1 UM ASSUNTO MAIS IMPORTANTE NO SURGIMENTO DO BRICS NA ATUALIDADE FOI A TEORIA DO SISTEMA-MUNDO

“Marx e Engels” (2006) no Manifesto Comunista, analisando a tendência do capitalismo, afirmam que este é mundial. Tal assertiva não deixa de ser também profética, pois há época desse escrito, o capitalismo não possuía a amplitude mundial que conhecemos hoje. Cerca de um século e meio depois Wallerstein verifica que de fato não existe fronteira política que limite o capitalismo, apesar de existirem países com fronteiras nacionais. O capitalismo não se restringe a um país, sendo essa sua grande vantagem. Por sua vez, o socialismo, para Wallerstein, está integrado ao sistema capitalista.

Nessa seção analisamos como o mundo foi estruturado para reproduzir o sistema-mundo, através mesmo das instituições mais caras que temos, como o Banco Mundial, FMI, BID, ONU, entre outras. Em seguida, analisamos as consequências desta estrutura manifestada na divisão internacional do trabalho, na exploração dos recursos naturais, mão de obra e capital.

Instituições de Bretton Woods e “Consenso de Washington”. O mundo em seu aspecto econômico-financeiro, com viés político e social, incluindo aqui a divisão mundial do trabalho, está estruturado em torno das instituições criadas a partir dos acordos de Bretton Woods, quando os ministros das finanças dos principais países (44 ao todo) se reuniram em 1944 neste balneário de New Hampshire nos Estados Unidos para estabelecer as regras de funcionamento do comércio e da economia mundial e evitar uma nova depressão econômica, como aquela da crise de 1929. Estas regras e acordos – muitos deles sobre questões de política monetária e câmbio – ficaram conhecidos como Sistema Bretton Woods que indexou as moedas estrangeiras ao dólar americano, tornando os Estados Unidos o grande comandante e beneficiário da dolarização do mundo.

A partir dos princípios da economia liberal, foram criadas, por meio dos acordos de Bretton Woods, instituições como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, mais tarde passou-se a chamar-se Banco Mundial), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e recomendou-se a criação de uma instituição que garantisse o

funcionamento do comércio mundial nos moldes liberais. Não houve acordo na reunião de Havana em 1947-48 sobre a colocação em funcionamento de uma ampla instituição com esta finalidade, mas optou-se em pôr em prática uma parte do que seria essa instituição, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, conhecido na sigla em inglês por GATT (*General Agreement on Trade and Tariffs*). O GATT vigorou até 1995, quando finalmente entrou em vigor uma grande estrutura que estabelece as regras do comércio do mundo, chamada Organização Mundial do Comércio (OMC). Somente países de economia de mercado podem participar da instituição.

Neste sentido, o funcionamento atual do sistema-mundo é mantido através dos empréstimos concedidos pelo FMI e outras instituições sediadas em Washington (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Tesouro Americano), que são condicionados à aplicação dos princípios neoliberais ou ao que se cunhou “Consenso de Washington”. Este termo foi estabelecido pelo economista John Williamson em 1990, após seminário de estudiosos e representantes de governos latino-americanos, e por observadores das instituições financeiras mencionadas acima, reunidos em Washington para debater o porquê do insucesso das economias desta região após a “década perdida” de 1980. Chegou-se à conclusão que havia necessidade de mais mercado e menos governo interferindo na economia (Batista, 1994). Williamson (1993) via as políticas do Consenso de Washington como a melhor expressão do pensamento econômico então disponível e, portanto, deveria haver uma convergência em torno desses princípios, bem como serem universalizados, independente das particularidades do país.

O “Consenso de Washington”, segundo Batista (1994), designa um mínimo denominador comum de recomendações de políticas econômicas feitas por instituições financeiras baseadas em Washington (FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro Americano), a serem aplicadas especialmente pelos países da periferia, como a América Latina e África. Essas recomendações, de cunho liberal, tornaram-se a doutrina oficial dessas instituições e fazem parte do “receituário” e condicionalidades para empréstimo aos países em desenvolvimento com crises fiscais e econômicas: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto (com eliminação de restrições), privatização das estatais, desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e direito à propriedade intelectual”

Cfr : Iberoamericano Social. Wallenstein; Revista-red de estudios Sociales

Quadro 1 – Aspectos definidores do Sistema-Mundo.

Nível	Aspecto Econômico	Aspecto Político	Aspecto Cultural
Centro	Países com produção de alto valor agregado tecnológico; produtor e exportador de tecnologia; mão de obra especializada	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras
Semi-periferia	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produz tecnologia, mas a absorve; mão de obra semi-especializada e não especializada	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa	Possuem identidade cultural e nacional média
Periferia	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada	Estados que nem possuem o controle da sua política interna, nem exercem influência externa	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnica ou religiosa

Fonte: O autor, baseado na obra de Wallerstein.

10. O PAPEL DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA GEOPOLÍTICA DO BRICS (2003-2010)

O então, governo do Presidente Lula exerceu uma posição importante na consolidação e desenvolvimento desse grupo; após o primeiro encontro da Cúpula cidade Russa os representantes passaram a reunir-se para discutirem estratégias para consolidação da recente parceria que começa a surgir na primeira década do século XXI.

Na Cúpula seguinte os representantes dos 5 países intensificaram esse discurso. A II Cúpula que aconteceu na cidade de Brasília nos dias 15 e 16 de abril de 2010. O líderes levaram adiante o processo sucessivamente em cada Cúpula para reforçar a ideia de trabalho coletivo em temas que concerne a agenda global, ou seja, econômicos financeiros e impulsionar setores considerados estratégicos para o desenvolvimento desses países e aumentar a competitividade como a agricultura, energia e científico-tecnológicos no final do encontro os membros representante assinaram um documento de cooperação técnica entre os Bancos do Brasil, Rússia, China e Índia.

No âmbito da economia, atualmente, o BRICS, ambicionam as reformas das principais instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Concordam em uma agenda que visa o desenvolvimento econômico e sustentável criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) com o objetivo de reduzir as desigualdade e conseguinte fortalecer a integração econômico e comercial entre os membros; ademais fomentar projetos de infraestrutura e desenvolvimento. Dessa maneira, devido às características distintas dos seus membros pleiteiam uma agenda política multipolar para contrapor a hegemonia ocidental de governança global.

O papel da política externa do Presidente Lula na geopolítica do BRICS, procurou promover a cooperação dos membros, medidas que possibilitaram o fortalecimento do agrupamento, estreitando os laços econômicos culturais e políticos; aspectos necessários na dinâmica de participação nas decisões do grupo.

11. INÍCIO DO TERCEIRO MANDATO (2023-2026)

O início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, 1 de Janeiro 2023, marcou um momento significativo na política brasileira. Lula, que já havia sido presidente do Brasil de 2003 a 2010, retornou ao cargo após vencer a eleição de 2022 contra o então presidente Jair Bolsonaro.



https://imagens.ebc.com.br/wSBOkUgZbfnsLbGGgs0IB3kLA2o=/1170x700/smart/http://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/default/files/thumbnails/image/cerimonia_de_posse_luiz_inacio_lula_da_silva_tnrgo_abr_0101233241_0.jpg?itok=QvJu3ik2

Quando o Lula da Silva assumiu o seu terceiro mandato no Brasil havia uma grande polarização política e econômica seu exercício na Presidência da República decorreu pós-pandemia o país enfrentava a alta da inflação e a desigualdade social. O fortalecimento da democracia foi um fator preponderante tendo em vista as frequentes manifestações contrárias a esse regime. O Presidente procurou também desempenhar as ações de política externa em sustentabilidade que visam melhorar os indicadores climáticos.

O representante do Planalto participou de fórum, encontros bilaterais em diversos países e blocos internacionais para inserir novamente a diplomacia brasileira nas relações internacionais e colocar o Brasil novamente no mapa da geopolítica; novamente com o objetivo de ampliar parcerias estratégicas políticas e econômicas.

No cenário interno, o ambiente político era a dificuldade de levar adiante seus projetos de governo frente oposição no congresso nacional; movimento que dificulta a estabilização e desenvolvimento do país. A preocupação em preservar a Amazônia e aumentar a fiscalização no combate ao desmatamento em ecossistemas do país. Na área social, o governo procurou viabilizar recursos que fomentam programas sociais; importante mecanismo de combate às desigualdades sociais, além de promover reformas em saúde, educação e infraestrutura.

12. XV CÚPULA DO BRICS

Um aspecto importante é que a XV cúpula do BRICS foi realizada na cidade de Joanesburgo, África do Sul. Nesta os líderes dos países que integram o grupo, reuniram-se em agosto de 2023 e trouxeram algumas novidades significativas. Em pauta assuntos relevantes para nova ordem mundial, com a ascensão de Lula ao Planalto o BRICS retoma esses temas de interesses que haviam sido ignorados pelo seu antecessor. Nesse encontro chegaram a um consenso em relação à expansão do acrônimo, depois de muitas conversas decidiram planejar o convite de seis novos países para incorporar-se ao grupo a partir de 2024. Os novos membros são

Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Todos esses países, que engloba os BRICS, constituem uma diversidade extraordinária, cujo extrato representa um aumento significativo em influência do bloco.

Dessa forma para maior integração e autonomia da decisões do grupo os líderes do BRICS, propuseram a importância da criação de uma moeda única para reduzir a dependência de moeda e instituições financeiras; a exemplo do FMI e Banco Mundial isto significa uma maior cooperação entre os países no âmbito das relações econômicas e comerciais intra-BRICS.

Outro aspecto que os presidentes discutiram na cúpula foi a necessidade conciliar em meio a mudanças climáticas um desenvolvimento mais sustentável e inclusive que abarque o desenvolvimento socioeconômico e a segurança alimentar dessa população. Tais medidas visam combater as disparidades existentes entre o norte e sul global e a dependência econômica das instituições financeiras, como FMI e Banco Mundial; a Reforma da Governança Global possibilitaria a representação dos países em desenvolvimento nas decisões globais.

Evidencia-se, portanto, uma ampliação da discussão, em outros temas: além da cooperação econômica e o fortalecimento das parcerias em áreas como ciência e tecnologia, educação e saúde. Os esforços dos líderes em mudar a conjuntura atual e criar um caminho alternativo que amplie sua influência em assuntos dessa natureza, isto é, contemplar de forma contínua as demandas globais do BRICS e a representação das instituições do Oriente neste acordo.



Lula na foto oficial dos Brics, na África do Sul. Da esquerda para a direita: Lula (Brasil); Xi Jinping (China); Cyril Ramaphosa (África do Sul); Narendra Modi (Índia); e o representante de Putin, Sergei Lavrov (Rússia). Foto: GIANLUIGI GUERCIA / POOL / AFP

Os presidentes do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul reuniram-se para anunciar a adesão ao grupo de outros países. A declaração de Joanesburgo, que a partir de janeiro de 2024 passou a compor o grupo: Arábia Saudita, Emirado dos Árabes Unidos, Egito, Etiópia e Irã. A Argentina na última hora desistiu de participar da nova composição do BRICS. O grupo integra 46% da população mundial e responde por 36% do PIB Mundial; os bancos centrais, ministério da fazenda e economia dos países formularam estudos para criação de moeda

única, medidas que visam aumentar as formas de pagamento. Em seguinte, temos a fala do Presidente Lula perante os novos membros e os antigos:

“Quero agradecer especialmente ao presidente Ramaphosa e a sua equipe pela calorosa acolhida nesta reunião do BRICS, a primeira cúpula presencial desde a pandemia.

A última vez que participei de uma reunião do BRICS foi em 2010. Estou profundamente impressionado com a maturidade do BRICS e com os resultados que conseguimos alcançar juntos. Em 2011, a entrada da África do Sul no agrupamento conferiu maior representatividade geográfica ao contemplar uma das regiões que mais cresce no mundo.

Muitos alegavam que somos demasiado diferentes para forjar uma visão comum. A experiência, contudo, demonstra o contrário. Nossa diversidade fortalece a luta por uma nova ordem, que acomode a pluralidade econômica, geográfica e política do século XXI. Neste mundo em transição, o BRICS nos oferece uma fonte de soluções criativas para os desafios que enfrentamos. A relevância do BRICS é confirmada pelo interesse crescente que outros países demonstram de adesão ao agrupamento.

Entre os vários resultados da cúpula de hoje, resalto a ampliação do BRICS, com a inclusão de novos membros. Como indicou o Presidente Ramaphosa, é com satisfação que o Brasil dá as boas-vindas aos BRICS a Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã. Agora, o PIB do BRICS eleva-se para 36% do PIB global em paridade de poder de compra e 46% da população mundial. O BRICS continuará aberto a novos candidatos e, para isso, aprovamos também critérios e procedimentos para futuras adesões.

Aprovamos ainda a criação de um Grupo de Trabalho para estudar a adoção de uma moeda de referência do BRICS. Essa medida poderá aumentar nossas opções de pagamento e reduzir nossas vulnerabilidades. Quero ressaltar, igualmente, a decisão relacionada à reforma da governança global, especialmente em relação ao Conselho de Segurança da ONU.

Por fim, dedico uma mensagem especial ao querido Alberto Fernández, presidente da Argentina e grande amigo do Brasil e do mundo em desenvolvimento. Continuaremos avançando lado a lado com nossos irmãos argentinos em mais um fórum internacional.

Seguiremos defendendo temas com impacto direto na qualidade de vida de nossas populações, como o combate à fome, à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável. Promoveremos a superação de todas as formas de desigualdade e discriminação.

Que o BRICS continue sendo força motriz de uma ordem mundial mais justa e ator indispensável na promoção da paz, do multilateralismo e na defesa do direito internacional.

Muito obrigado.”

Para avaliar o resultado do encontro entre líderes do Brasil, da Rússia, da Índia, da China e da África do Sul, o Portal Vermelho entrevistou o professor de Relações Internacionais da PUC-SP, Augusto Leal Rinaldi. O cientista político é autor de “O Brics nas Relações Internacionais Contemporâneas: Alinhamento Estratégico e Balanceamento de Poder Global (Appris, 2021).

“Os três principais aspectos que vale mencionar são o convite aos novos membros, o apoio às candidaturas brasileira, indiana e sul-africana ao Conselho de Segurança da ONU e o encorajamento ao uso das moedas locais nas transações bilaterais”, avaliou Rinaldi. Segundo o entrevistado, o Brasil obteve ganhos

significativos com o encontro; a expansão do bloco com convite a novos membros e notável o interesse e visto com o positiva, pois diante do declínio dos Estados Unidos a partir dos anos 90. O modelo Estadunidense é colocado em xeque em um mundo cada vez mais multipolar outros atores a exemplo da China Socialista, Rússia, Brasil, Irã e Turquia começam a ganhar visibilidade na geopolítica mundial. Sendo o primeiro em breve a maior economia do planeta, ademais outros parceiros pleiteiam o interesse em participar do BRICS, embora alguns críticos rejeitem a ideia de sua relevância, contudo essas potências regionais possuem características semelhantes tais como: População, território e economia superiores ao G7 (Grupos de Países mais ricos do mundo), além da poderosa capacidade de defesa.

Diante das críticas não aceitam mais a proposta de um modelo de civilização única, embora possuam características distintas: regime político, costumes, cultura visam uma maior cooperação em mundo cada vez multipolar. Acreditam serem capazes de construir um mundo novo em prol do desenvolvimento e paz.

Outro fator importante mencionado refere-se ao apoio às candidaturas brasileira, indiana e sul-africana ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. O cientista político afirmou que desde seu primeiro mandato o presidente Lula manifestou interesse em integrar o conselho de segurança da ONU como membro permanente.

Na atual conjuntura a configuração do conselho de segurança da ONU não atende as demandas nas questões decisórias, devido ao contexto multipolar da geopolítica. Os cinco países que integram o conselho desde a sua fundação em 1945 são os mesmos: Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China. Na cúpula os presidentes Brasil, Índia e África do Sul que possuem interesse em integrar o conselho exerceram pressão com o objetivo de torná-lo “ democrático, representativo, efetivo e eficiente na tomada de decisões dos problemas dos e nfrentados pelos países em desenvolvimento a trabalharem de forma conjunto para solucioná-los. A China por vezes não manifestou interesse em apoiar a candidatura brasileira nesta instância. Com a adesão de novos integrantes no BRICS, esses esforços tendem a aumentar no sentido favorável a tais países emergentes. Segundo afirmou, Rinaldi, ainda é cedo para mensurar os efeitos da criação de uma moeda única NDB - Novo Banco de Desenvolvimento, o que é plausível o uso dessa estratégia econômica em assuntos bilaterais. O banco havia passado por uma expansão em 2021. Dessa forma, com a adesão de novos membros, essa parceria tende a fortalecer o BRICS e ampliar os espaços. Qualquer decisão a ser tomada em substituição dólar como moeda nas transações comerciais, deverá passar por ação consensual dos membros, isto é, ampliar a zona estrategicamente em vários segmentos: Financeiros, Políticos e Diplomáticos.

A presidenta do NDB, Dilma Rousseff, em declaração na cúpula estabeleceu meta de 30% nas negociações em moeda local até o fim do mandato. “Se isso for feito, certamente representará um avanço importante na diversificação da cesta de moedas internacionais para a realização de transações comerciais”. Entretanto, essa formulação possui via de mão dupla a defender o não uso do dólar nas transações comerciais, conforme afirma o especialista: “Portanto, é um movimento importante para o sistema monetário internacional, mas que ainda precisa de tempo para maturar e avaliar os riscos envolvidos”.

13. XVI CÚPULA DO BRICS

Na cidade de Kazan, na Rússia, ocorreu entre 22 a 24 de outubro de 2024 a XVI Cúpula do BRICS, novos integrantes do agrupamento que ingressaram a partir de 1º de janeiro de 2024 Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã.

© 2025 TV BRICS



Texto copiado de <https://tvbrics.com/pt/news/reuni-o-da-xvi-c-pula-do-brics-em-formato-ampliado-realizada-em-kazan/#>

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou do encontro por videoconferência (o representante do Palácio do Planalto foi o Ministro Mauro Vieira) em abertura da sessão plenário na ocasião, destacou a relevância desse encontro para o fortalecimento das ações implementadas e agradeceu o apoio dos países a presidência do Brasil no G20; que ocorreu com os chefes de Estado e governo na cidade do Rio de Janeiro, em novembro do ano passado, além de um série de encontro dos grupos de trabalho até o encontro, no discurso ressaltou a importância do combate à fome e a pobreza, a preocupação com efeito das mudanças climáticas, a taxação dos super ricos; mencionou alguns dados como por exemplos: Contingente populacional 3,6 bilhões, 36% do PIB global, juntos os países representam 72% da terras raras do planeta, além da reserva de 70% do manganês e 50% do grafite; entretanto todos esses recursos beneficiam os países ricos que concentram essas riquezas; um plano Marshall ao contrário precisamos mudar essa lógica, isto é, as ação do multilateralismo não somente no âmbito da política externa, mas que atinja também a esfera econômica; o protecionismo dos países desenvolvidos prejudicam o avanço dessa proposta.

A criação do NDB (Banco do desenvolvimento Social) que completa esse ano dez anos, possui uma reserva financeira de 33 bilhões de dólares e conta com mais de 100 projetos em andamento. Ressaltou a

importância do cessar fogo entre os conflitos em Gaza, Cisjordânia e que avança para o Líbano, além de tudo a guerra da Rússia e Ucrânia. Acontecimentos que prejudicam a capacidade de trabalharmos juntos em prol de objetivos comuns.

"Nas margens da reunião da Cúpula, o presidente Lula cumpriu agendas bilaterais com alguns presentes em Kazan. Há uma declaração a ser emanada intitulada Fortalecendo o Multilateralismo para o Desenvolvimento Global Justo e Seguro, são 106 parágrafos que abrangem os avanços alcançados durante as negociações setoriais" pronunciamento de Eduardo Paes Saboia - Secretário de Ásia e Pacífico do Ministério das Relações Exteriores. O Brasil assumiu a Presidência do BRICS em 1º de janeiro de 2025, com a seguinte proposta: "Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável"

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Jogo de xadrez da geopolítica os diversos países que disputam seus interesses econômicos, procuram utilizar de diferentes estratégias para garantir as devidas vantagens dessas ações. Durante a guerra fria essa relação era evidente, havia no entanto, dois atores (EUA x URSS) que disputavam esse jogo de poder e influência para o restante do mundo. A mudança na configuração provocadas por exemplos pela perda significativa durante o declínio estadunidense a partir principalmente da crise do petróleo, foram responsáveis por promoverem nesse jogo político novos atores que passaram a atuar nesse ambiente de multipolaridade. Cada vez mais frequentemente, esses países passaram a promover suas políticas externas para promoverem seus interesses e ações no contexto das relações internacionais.

Nessa perspectiva, a política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, logo no seu primeiro mandato (2003-2006) estabeleceu seu marco da diversidade, durante esse período atuou para que o agrupamento BRICS, fosse criando ampliando sua influência no cenário internacional fortalecendo suas parcerias com diversos países. A partir da segunda da II Cúpula em Brasília durante o término do segundo mandato(2007-2010) passam a integrar a política externa brasileira com importante instrumento que permite o diálogo, a cooperação, ações políticas estratégicas que promovem de forma coletiva os avanços econômicos e conseqüentemente melhorias e investimentos em setores de infraestrutura. Seu papel na geopolítica do BRICS proporcionou uma autonomia com relação aos países centrais EUA e países que integram a União Europeia. Sua política externa trabalhou na promoção da diversidade de parcerias em diferentes regiões. Cada vez mais a integração das parcerias entre os países tornam-se preponderantes tendo em vista os interesses de diferentes países em integrar o agrupamento, isto é, seu reconhecimento assumirá cada vez mais posições de destaque nos indicadores dos países membros tendências a ser observada nas próximas Cúpulas, afinal o Brasil sediará esse ano a XVII, isso possibilitará novos arranjos na geopolítica com parcerias que produzirão frutos nos diferentes segmentos do país e fortalecerá as ações conjuntas que promoverão o sul global no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. Revista Brasileira Política Internacional, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, jul./dez. 2003. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext & pid=S0034-73292003000200001 & lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 jul. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292003000200001>.

-Augusto Leal Rinaldi. O cientista político é autor de “O Brics nas Relações Internacionais Contemporâneas: Alinhamento Estratégico e Balanceamento de Poder Global (Appris, 2021, PUC-SP)

-<https://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-a-inda-atual/>

-Pennaforde, Charles Análise dos sistemas-mundo [recurso eletrônico]: uma introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein / Charles Pennaforde. 2. ed. - Pelotas : Ed. UFPel, 2023. 81 p. – (Coleção Dinâmicas Contemporâneas História, Geopolítica & Relações Internacionais; v.3 <https://omundodiplomatico.com.br/cupula-do-brics-emite-a-declaracao-de-joanesburgo-apontando-os-rumos-do-bloco/>

-<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/1853>

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/379-Texto%20do%20artigo-1580-1484-10-20100727%20(1).pdf

-<https://www.scielo.br/rbpi/a/SktXpnzRXjptLV53R6XvGcF/>

https://www.scielo.bhttp://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/13650/1/2013_

[http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/13650/1/2013_AntouanMatheusMonteiroPereira daSilva.pdf](http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/13650/1/2013_AntouanMatheusMonteiroPereira%20daSilva.pdf)

-<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/120>

Lula na foto oficial dos Brics, na África do Sul. Da esquerda para a direita: Lula (Brasil); Xi Jinping (China); Cyril Ramaphosa (África do Sul); Narendra Modi (Índia); e o representante de Putin, Sergei Lavrov (Rússia). Foto: GIANLUIGI GUERCIA / POO... Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/mundo/bloco-dos-brics-cresce-e-passa-a-integrar-5-n-ovos-paises-argentina-fica-de-fora/>.

<https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/180231>

http://funag.gov.br/loja/download/949-A_Pol%C3%ADtica_Externa_ap%C3%B3s_a_r edemocratiza%C3%A7%C3%A3o_TOMO_I.pdf

http://funag.gov.br/loja/download/951-A_Pol%C3%ADtica_Externa_ap%C3%B3s_a_r edemocratiza%C3%A7%C3%A3o_TOMO_II.pdf

<https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/abstract/?lang=pt>

https://www.google.com/search?q=A+geopol%C3%ADtica+dos+BRICS+Tiago+de+Ar ag%C3%A3o&rlz=1C1GCEA_enBR1018BR1018&oq=A+geopol%C3%ADtica+dos+ BRICS+Tiago+de+Arag%C3%A3o&aqs=chrome..69i57j33i160l2.26815j0j7&sourceid

=chrome&ie=UTF-8 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz0806200807.htm>

<https://www.scielo.br/j/ea/a/MJ5vMtF7PpM6VbtqFjVbNyy>

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/em-declaracao-conjunta-lideres-do-brics-anunciam-a-entrada-de-seis-novos-paises>

<https://vermelho.org.br/2023/08/26/expansao-apoio-ao-brasil-no-csnu-e-desdolarizacao>

-<sao-destaques-da-cupula-brics/>

https://www.google.com/search?q=site+poder+360&rlz=1C1GCEA_enBR1018BR1018&oq=&aqs=chrome.0.69i59i450l2j0i3i66i143i362l2j46i3i143i362j0i3i66i143i362l3.9885j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cupulas-do-brics/brics-2024>

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-de-claracao-final

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cupulas-do-brics/brics-2024>

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/presidente-lula-participa-do-a-16a-cupula-do-brics-entre-22-e-24-de-outubro>

Conheça os BRICS. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 11 mar. 2024